

# Brasil quer adiar a entrega do relatório do FMI

BRASÍLIA — O Governo brasileiro solicitará ao Clube de Paris o adiamento da entrega do relatório que o Fundo Monetário Internacional (FMI) prepara sobre a economia brasileira.

A data original para o encaminhamento do relatório do FMI ao Clube de Paris, de acordo com o compromisso acertado ainda pelo ex-Ministro Dilson Funaro, é o próximo dia 15 de julho, mas poderá ser retardado para 15 de setembro se as duas instituições concordarem com o pedido brasileiro.

A proposta de adiamento reflete o que membros da equipe econômica do Ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, definem como uma "postura pragmática".

Se o relatório da missão do FMI que se encontra em Brasília levar em consideração apenas os dados atuais da economia brasileira, teme-se o pior, ou seja, que a instituição apresente uma avaliação desfavorável ao País. Porque comprometeria todas as negociações com o Clube de Paris, e, em consequência, com os próprios bancos credores privados.

A opção que o Governo brasileiro está discutindo com o Chefe da missão, Thomas Reichmann, e com o Diretor do Brasil no Fundo, Alexandre Kafka, é de que se aguarde a conclusão do programa econômico que o Ministro Bresser Pereira articula. De posse desse programa, os representantes do Governo brasileiro enfrentariam uma nova rodada de negociações para, só então, o FMI concluir o seu relatório e encami-

nhá-lo ao Clube de Paris, fiando-se muito mais nas projeções futuras para a economia brasileira do que na sua realidade passada e presente.

Essa estratégia desencadeia, ainda, a necessidade de novas negociações com o Clube de Paris para um acerto provisório sobre os débitos brasileiros com seus países membros que vencem depois de 30 de junho próximo. A partir dessa data, não haverá regras para permitir a rolagem da dívida principal.

A solitação do Governo brasileiro ao Clube será a de que sejam estendidos os mecanismos de rolagem dos débitos, válidos para o primeiro semestre, pelo menos até 15 de setembro próximo, quando o relatório do FMI permitirá um acerto mais conclusivo entre as duas partes.